

Demonstrações Contábeis

1º Semestre 2025

+ + +
+ + +
+ + +
+ + +
+ + +
+ + +
+ + +
+ + +

SICOOB CENTRAL ES

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ES

CNPJ: 32.428.294/0001-43

Relatório da Administração

Prezados, cooperados e comunidade, sejam bem-vindos!

Neste documento, apresentamos as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 30 de junho de 2025 do Sicoob Central ES, alinhados ao nosso compromisso com a transparência. As demonstrações contábeis completas podem ser acessadas no site comunidadesicoob.com.br/ra.

Ao navegar por este relatório, você terá a oportunidade de explorar em detalhes os resultados financeiros, destacando a solidez da nossa cooperativa e o impacto positivo do cooperativismo em nossa comunidade.

Agradecemos a atenção e interesse. Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2.427 municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país, sendo a maior rede física do Brasil. Juntas, as cooperativas somam mais de 8,5 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

1.2. O Sicoob ES

O Sicoob ES, parte de um dos 14 sistemas regionais do país, celebra 36 anos de atuação e fechou primeiro semestre de 2025 com 943.421 mil associados. Atuando no Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia e São José dos Campos (SP), a instituição é representada por seis cooperativas singulares: Sicoob Sul-Litorâneo, Sicoob Sul, Sicoob Coopermais, Sicoob Sul-Serrano, Sicoob Credirochas e Sicoob Conexão.

Ao longo de 2025, o Sicoob ES inaugurou 9 novos pontos de atendimento, totalizando 208 nos quatro estados, sendo 8 na Bahia, em 5 municípios; 141 no Espírito Santo, em 74 municípios; 57 no Rio de Janeiro, em 37 cidades; e 2 em São Paulo, em São José dos Campos.

Os cooperados são compostos predominantemente por pessoas físicas (82,14%). Sobre o tema, em 2025, o Sicoob ES atraiu mais de 74.142 novos associados, com predominância ao Espírito Santo, com 55.600 novos associados. Nesse contexto, o sistema regional fechou 2024 com 2.500 colaboradores, distribuídos pelas seis cooperativas e na Central.

1.2.1 Destaques

A seguir alguns dos principais destaques do Sicoob ES:

- Em 2024, pelo segundo ano consecutivo, o Sicoob ES é reconhecido como o Maior Grupo Empresarial do Espírito Santo, segundo o Anuário IEL 200 Maiores e Melhores Empresas. Sobre o critério de patrimônio líquido das principais organizações capixabas.
- Há 12 anos consecutivos, o Sicoob ES é reconhecido no Prêmio Líder Empresarial. Em 2025, o sistema regional foi novamente premiado nas categorias “cooperativa” e “instituição financeira”.
- Em 2024, o Sicoob ES também participou do lançamento para negociações de contratos futuros do café Conilon na B3. A participação do Sicoob ES visa oferecer mais opções de instrumentos financeiros para todos os participantes do mercado de café robusta e conilon.

- Desde 2010, o Sicoob ES ocupa o primeiro lugar na pesquisa Recall de Marcas realizada pela Rede Gazeta, que homenageia as organizações mais lembradas pelos capixabas. Em 2024, o Sicoob ES voltou a ser reconhecido na categoria “cooperativa”.

1.2.2 Crédito e Captação Ampliada Sicoob ES

Entre junho de 2024 e junho de 2025, o Sicoob ES apresentou crescimento expressivo nos principais indicadores financeiros, com destaque para o Crédito Ampliado Total e a Captação Ampliada Total.

O Crédito Ampliado Total cresceu 30,27%, passando de R\$ 16,78 bilhões para R\$ 21,86 bilhões. Esse indicador engloba tanto os créditos registrados nas operações de crédito no Balanço Contábil quanto as operações fora do Balanço Contábil, classificadas como “ampliadas”. Essas operações não são registradas diretamente na contabilidade da instituição, mas representam compromissos assumidos com terceiros e têm impacto relevante na análise da exposição ao risco e na capacidade de geração de receita.

Entre os produtos que compõem o crédito ampliado fora do Balanço Contábil, destacam-se:

- **CPRs (Cédulas de Produto Rural):** cresceram 107,23%, refletindo o fortalecimento do crédito rural.
- **BNDES:** aumento de 95,13%, indicando maior intermediação de recursos de longo prazo para investimentos produtivos.
- **Crédito Imobiliário:** crescimento de 57,88%, impulsionado pela demanda por habitação.
- **Crédito de Câmbio e Consignado Bancoob:** também contribuíram para a expansão, com crescimentos de 24,19% e 10,92%, respectivamente.
- **FINEP:** passou a compor a carteira em 2025, com R\$ 64,3 milhões, ampliando a atuação em inovação e tecnologia.

Já a Captação Ampliada Total teve crescimento de 27,33%, passando de R\$ 20,98 bilhões para R\$ 26,71 bilhões. Assim como no crédito, esse indicador inclui tanto os recursos captados registrados no Balanço Contábil quanto aqueles fora, que representam fontes alternativas de funding.

Os principais produtos de captação ampliada fora do Balanço incluem:

- **Depósitos de Poupança:** com crescimento de 12,92%, continuam sendo uma fonte estável de recursos.
- **LCA (Letra de Crédito do Agronegócio) de Intermediação:** passou a ser ofertada em 2025, com captação de R\$ 313,9 milhões.
- **LCI (Letra de Crédito Imobiliário) de Intermediação:** também nova em 2025, com R\$ 25,9 milhões captados.
- **Previdência Privada (Mapfre Previ, Sicredi Previ VGBL e PGBL):** apresentaram crescimento conjunto expressivo, com destaque para o VGBL, que cresceu mais de 5 vezes no período.

A diferença entre as taxas de crescimento — com o crédito ampliado crescendo em ritmo ligeiramente superior ao da captação — evidencia uma estratégia de expansão sustentada, com diversificação de produtos e fontes de recursos, mantendo a solidez financeira e a capacidade de atender à crescente demanda por crédito.

Composição de Crédito e Captação Ampliada – Sicoob ES	Em Milhares R\$		
	30/06/2025	30/06/2024	%
Crédito Ampliado Total	21.862.401	16.781.905	30,27%
Crédito	17.730.790	14.672.135	20,85%
Crédito Ampliado	4.131.611	2.109.770	95,83%
BNDDES	1.783.796	914.136	95,13%
CPR	1.952.613	942.253	107,23%
Imobiliário	126.621	80.201	57,88%
Crédito de Câmbio	113.678	91.538	24,19%
Consignado Bancoob	90.556	81.643	10,92%
FINEP	64.346	-	0,00%
Captação Ampliada Total	26.714.803	20.981.499	27,33%
Captação	23.351.170	18.352.051	27,24%
Captação Ampliada	3.363.633	2.629.449	27,92%
Dep. Poupança	2.679.176	2.372.671	12,92%
LCA Intermediação	313.918	-	0,00%
Mapfre Previ	265.214	227.179	16,74%
Sic. Previ – VGBL	48.372	7.606	535,97%
Sic. Previ – PGBL	31.074	21.993	41,29%

1.2.3 Distribuição de Resultados: compromisso com o Cooperado

Em abril de 2025, as cooperativas do Sicoob ES reafirmaram seu compromisso com a transparência e a valorização do cooperado ao distribuírem, a título de sobras, o montante de R\$ 357.540 mil, referente aos resultados alcançados em 2024. A devolução foi realizada a todos os cooperados, conforme deliberação nas Assembleias Gerais Ordinárias (AGOs) de cada cooperativa, evidenciando a solidez da gestão participativa e o retorno financeiro proporcional à movimentação de cada associado. Esse repasse reforça o modelo cooperativista, no qual os resultados são compartilhados com quem contribui para o desenvolvimento e o sucesso da cooperativa.

1.3. Soluções Crédito Implementadas e Perspectivas Sicoob ES

Durante o primeiro semestre de 2025, diversas soluções financeiras foram lançadas para fomentar a inovação, fortalecer e atender as necessidades dos nossos associados, dentre elas destacam-se:

- **CRÉDITO DO TRABALHADOR:** O Crédito do Trabalhador é uma nova linha de crédito consignado lançada pelo Governo Federal com o objetivo de ampliar o acesso ao crédito para trabalhadores regidos pela CLT. O Sicoob, junto com outras instituições financeiras esteve presente no lançamento em março deste ano, já apto a disponibilizar as contratações que se iniciaram em 21/03/2025. A proposta da linha é a de oferecer empréstimos com juros mais baixos, condições facilitadas de pagamento e menor burocracia, especialmente para quem tem dificuldade de acessar crédito tradicional, já que o desconto das parcelas é na folha de pagamento. A iniciativa é parte de uma estratégia para estimular a economia, aumentar a inclusão financeira e reduzir o endividamento das famílias.

- **FAMPE MULHER:** O Fampe Mulher é uma linha de crédito especial operada pelo Sebrae e disponibilizada pelo Sicoob às associadas. Diferentemente do Fampe convencional, conta com aval de 100% pelo Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe). O crédito é destinado apenas às empresas com participação majoritariamente feminina no capital social ou administradas por mulheres. A iniciativa foi lançada em 2025, com implementação inicial nos estados do Espírito Santo e de Mato Grosso do Sul, e tem validade até 31 de março de 2027.

- **ASTEC DIGITAL** – Com a ferramenta Assistência Técnica Digital, é possível integrar cooperativas e profissionais responsáveis pela elaboração de projetos e prestação de assistência técnica. Essa integração facilita a captação e contratação de crédito rural, amplia o alcance dos parceiros envolvidos e agiliza o acesso aos recursos financeiros destinados ao setor.

Além disso, o repasse de recursos do BNDES continuou sendo um destaque para os setores empresarial e rural. Pelo quarto ano safra consecutivo, o Sicoob ES foi reconhecido como o maior repassador de recursos para os programas agropecuários do BNDES no Espírito Santo, reforçando seu papel no apoio financeiro a diversos segmentos econômicos. Os números detalhados sobre esses repasses estão disponíveis no site do BNDES: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads>.

1.3.1 Perspectivas para 2025

Estão em andamento neste período, novas soluções financeiras estão previstas:

- **Antecipação a Fornecedores (AF)** – também chamada de risco sacado, essa linha de crédito, isenta de IOF e voltada para empresas, permitirá a antecipação de recebíveis futuros de forma ágil e sem burocracia, garantindo maior liquidez aos fornecedores.
- **NCE e CCE (Nota de Crédito à Exportação e Cédula de Crédito à Exportação)** – instrumentos financeiros, também isentos de IOF, voltados ao financiamento da aquisição de bens, insumos e serviços, utilizando como garantia futuras exportações. Esses títulos representam compromissos de pagamento em real, lastreados em produtos exportáveis.
- **Plataforma ASTEC Digital** – prevista para 2025, essa ferramenta facilitará a captação e contratação de crédito rural, ampliando o alcance dos parceiros captadores e agilizando o acesso aos recursos financeiros para o setor.

Essas iniciativas reforçam o compromisso da instituição em oferecer soluções inovadoras e eficientes, impulsionando o desenvolvimento econômico e social.

1.4. Novos Produtos e Soluções

No primeiro semestre de 2025, o Sicoob ampliou seu portfólio de investimentos com o lançamento do Fundo de Investimento Sicoob Cambial Dólar. A nova solução permite que os cooperados tenham acesso direto ao mercado de câmbio por meio da plataforma de investimentos da instituição, que já conta com o Home Broker e outros produtos de renda variável. A iniciativa visa oferecer maior diversificação e proteção cambial aos associados.

Ainda no período, a Sipag promoveu a integração de novos aplicativos voltados à automação comercial nos segmentos de postos de combustíveis, eventos e alimentação. As funcionalidades implementadas possibilitam a gestão de pedidos, emissão de ingressos e notas fiscais diretamente nas maquininhas, facilitando a operação e o controle dos negócios dos cooperados.

Já em fase de pré-lançamento até o final de junho, o Sicoob anunciou a chegada do cartão Sicoob Zenith, previsto para agosto de 2025. Voltado ao público de alta renda, o produto foi desenvolvido para oferecer uma experiência financeira completa, com benefícios exclusivos e alto desempenho. O cartão estará disponível nas bandeiras Mastercard e Visa e reforça o posicionamento da cooperativa no atendimento a um perfil de associado que valoriza soluções sofisticadas e diferenciadas.

1.5. Tecnologia

Alinhado às tendências do mercado financeiro, o Centro Corporativo Sicoob realizou significativos investimentos em Tecnologia da Informação durante o primeiro semestre de 2025, visando aprimorar sua competitividade e proporcionar

maior conveniência aos cooperados do Sistema Sicoob. O aumento significativo das transações financeiras por meio dos canais digitais destacou-se como a principal forma de atendimento no Sicoob ES, promovendo uma experiência mais ágil e conveniente para os cooperados, ao mesmo tempo em que resultou em redução de custos operacionais para as cooperativas.

No atendimento digital, as equipes receberam uma avaliação média de **4,74 de 5**, com um tempo médio de resposta de **10 minutos após o transbordo** e um horário estendido de atendimento, das **7h30 às 21h30**, garantindo mais conveniência aos associados.

A isenção de taxas do **Pix para pessoas jurídicas** e a evolução das APIs impulsionaram o uso dessa forma de pagamento. Em 2023, os associados receberam mais de **R\$ 49 bilhões** via Pix de outras instituições financeiras. Em 2024, esse valor superou **R\$ 74 bilhões**, um crescimento de **52%**.

O uso de **APIs** também apresentou um avanço expressivo. Em 2023, **1.030 associados** integraram seus sistemas via API para emissão de Pix, boletos, pagamentos, extratos e investimentos. Em 2024, houve um aumento de **46,9%** no número de novos associados utilizando essa tecnologia, ampliando a automação e a eficiência dos processos financeiros.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

Além disso, em 2025, importante destacar o impacto social na comunidade do financiamento estudantil Faça Acontecer. Para muitos alunos, representa o primeiro contato com uma instituição financeira, criando oportunidades de fidelização e viabilizando a realização do sonho da formação acadêmica. Desde 2018, o programa já beneficiou mais de 3.700 estudantes, com mais de R\$ 635 milhões em crédito contratado, e conta com mais de 130 instituições de ensino conveniadas em 21 estados da federação.

O Fundo de Investimento Social (FIS) do Sicoob ES apoia diversos projetos sociais, reafirmando seu compromisso com a agenda de Investimento Social Estratégico. Em 2024, na 6ª Edição do Edital Social, as Cooperativas do Sicoob ES aprovaram 199 projetos em 192 instituições de 82 municípios, beneficiando 117.730 pessoas, com um investimento total de R\$ 4,3 milhões. Desde a primeira edição, mais de 600 projetos foram apoiados em mais de 100 municípios, totalizando um investimento de R\$ 14 milhões. Em 2025 foram abertas as inscrições no período 1º de março a 30 de abril, através do site www.comunidadesicoob.com.br, a 7ª edição do Edital, exclusiva para instituições sem fins lucrativos.

3. Classificação Fitch Ratings

Em agosto de 2024, a agência de classificação de risco manteve o rating Nacional de Longo Prazo do Sicoob Central ES em AA(bra). Simultaneamente, a agência reafirmou em F1+(bra) o rating nacional de curto prazo.

Essa avaliação reflete a sustentabilidade dos indicadores financeiros da nossa cooperativa, apresentando índices de rentabilidade e capitalização robustos, superando a média das cooperativas financeiras no Brasil.

Mesmo diante do expressivo crescimento dos ativos e dos consideráveis investimentos realizados, a cooperativa manteve sua solidez. Contribuindo para essa melhoria, destaca-se o êxito do plano de expansão geográfica,

proporcionando potencial para receitas e captação de cooperados em setores diversificados. Mais informações podem ser encontradas em fitchratings.com/site/brasil.

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21, que entrou em vigor a partir de janeiro/2025. Essa resolução altera a forma como as instituições financeiras classificam, mensuram e reconhecem perdas esperadas em seus ativos financeiros, incluindo a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

5. Governança Corporativa

A cooperativa possui profissional(is) designado(s) na função de Agente de Controles Internos, supervisionado(s) diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL ES e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento Interno da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional propostos pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadas e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Demonstrações do Período

6.1. Resultado

	Em Milhares R\$		
Demonstração do Resultado do Período	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024	Variação %
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	65.852	35.170	87,24
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.876	(464)	1.366,38
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	59.346	42.140	40,83
Despesas Tributárias	201	187	7,49

Em Milhares R\$

Demonstração do Resultado do Período	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024	Variação %
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	21.796	22.075	(1,26)
Resultado	49.031	25.289	93,88

Contribuíram para compor Resultado do primeiro semestre de 2025:

No primeiro semestre de 2025 o Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa aumentou 87,24% comparado com mesmo período de 2024.

O Resultado da Cooperativa teve um aumento de 93,88% em relação a 2024, atingindo um total de R\$ 49.031 mil em 30 de junho 2025.

6.2. Dados Patrimoniais

Diante dos resultados conquistados em 2025, o Sicoob Central ES encerrou o primeiro semestre com as seguintes posições em seu balanço patrimonial:

Em Milhares R\$

Balanço Patrimonial	Jan a Jun/2025	Jan a Jun/2024	Variação %
Ativos Totais	12.970.638	10.968.011	18,26
Aplicações Financeiras de Liquidez	8.870.467	6.300.834	40,78
Títulos e Valores Mobiliários	3.358.669	4.071.908	(17,52)
Centralização Financeira – Cooperativas Filiadas	11.174.671	9.640.161	15,92
Patrimônio Líquido	673.431	606.349	11,06
Patrimônio de Referência (PR)	514.299	469.221	9,61

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no primeiro semestre de 2025:

O total de ativos atingiu a marcar de R\$ 12.970.638 mil ao final do primeiro semestre de 2025, com crescimento de 18,26% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para as Cooperativas filiadas e seus associados.

A centralização Financeira das Cooperativas filiadas superou a marca de R\$ 11,1 bilhões de ativos, o primeiro semestre de 2025 com o valor de R\$ 11.174.671 mil, com crescimento de 15,92% se comprado com 2024.

O patrimônio líquido aumento 11,06% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 673.431 mil ao final do exercício.

6.3. Carteira de crédito por produto

Na tabela a seguir estão detalhados os valores da carteira de crédito por produto e perfil.

Em Milhares R\$

Recursos repassado as Cooperativas Filiadas	30/06/2025	30/06/2024	Variação	
			Valor Total	% Total
Repasses interfinanceiros – Crédito Rural	390.039	242.230	147.809	61,02
Empréstimos – Rotativo	115.800	152.000	(36.200)	(23,82)
Total	505.839	394.230	111.609	28,31

6.4. Cooperativas Singulares do Sicoob Central ES

As cooperativas filiadas ao Sicoob Central ES são: Sicoob Sul-Litorâneo, Sicoob Sul, Sicoob Coopermais, Sicoob Sul-Serrano, Sicoob Credirochas e Sicoob Conexão.

Cooperativas Singulares	30/06/2025			30/06/2024			Em milhares de reais Variação %		
	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Sobras Brutas	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Sobras Brutas	Ativo Total	Patrimônio Líquido	Sobras Brutas
Sicoob Sul-Litorâneo	1.942.704	264.722	20.710	1.530.444	233.894	27.737	26,94	13,18	(25,33)
Sicoob Sul	4.652.672	897.662	112.398	3.891.295	747.279	103.996	19,57	20,12	8,08
Sicoob Conexão	12.257.660	2.171.684	279.035	9.464.188	1.722.940	211.276	29,52	26,05	32,07
Sicoob Coopermais	4.013.597	554.949	56.433	3.254.139	458.682	50.484	23,34	20,99	11,78
Sicoob Sul-Serrano	6.411.603	1.093.206	132.435	4.887.501	901.106	114.332	31,18	21,32	15,83
Sicoob Credirochas	2.834.543	296.617	24.902	2.411.058	285.658	33.547	17,56	3,84	(25,77)
Total	32.112.779	5.278.840	625.913	25.438.625	4.349.559	541.372	26,24	21,36	15,62

Os destaques para o crescimento das Cooperativas Singulares no primeiro semestre de 2025 são um aumento de 26,24% do total dos ativos das Cooperativas Singulares alcançando no final do exercício o montante de R\$ 32.112.779 mil. Superando a marca de 32,1 bilhões de ativos, demonstrando o crescimento do Sicoob ES com seus associados.

O Patrimônio Líquido teve um crescimento de 21,36% comparado a 30 de junho 2024, atingindo o montante de R\$ 5.278.840 mil.

As Sobras do primeiro semestre de 2025 do Sistema Sicoob ES atingiu um total de R\$ 625.913 mil, um aumento de 15,62% comparado ao mesmo período de 2025.

7. Pessoas

O Sicoob ES, guiado por uma cultura cooperativista fundamentada em princípios como respeito, valorização das pessoas, eficiência e liderança, mantém uma abordagem centrada nos colaboradores para promover a excelência nas atividades, atendimento aos associados e difusão do modelo de negócio. O Sicoob Central ES fechou o primeiro semestre de 2025 com 178 colaboradores, que contribuíram para que o sistema regional se destacasse como uma das Melhores Empresas para Trabalhar, na categoria grande porte, no ranking promovido Great Place to Work (GPTW).

8. Código de Ética

O Sicoob reforça seu compromisso com a ética e a integridade por meio do seu Código de Ética, adotado por todos os membros das equipes e, ao ingressarem na cooperativa, os novos colaboradores formalizam seu compromisso com esses princípios. O Programa de Integridade, que inclui políticas e controles internos, assegura a conformidade com leis, regulamentações e valores éticos. O Código de Ética abrange questões fundamentais, como prevenção de fraudes, adaptando-se a práticas contemporâneas, como o home office. Este documento reflete o empenho do Sicoob em manter um ambiente harmonioso, transparente e ético em todas as interações e atividades da instituição.

9. Agradecimento

Expressamos nossa profunda gratidão a todos os cooperados, colaboradores, parceiros e comunidades que desempenharam papéis cruciais para o impacto positivo alcançado pelo Sicoob Central ES em 2025. O comprometimento de cada indivíduo fortaleceu nossos laços, impulsionou o desenvolvimento sustentável e concretizou nossa missão de ir além do aspecto financeiro, impactando positivamente a vida das pessoas e promovendo a justiça financeira.

Em 2025, entendemos que caminhamos rumo aos fundamentos que guiam nossa atuação, refletidos nos quatro pilares estratégicos que consideramos essenciais para nosso dia a dia: Pessoas Felizes, Satisfação dos Associados, Impacto Positivo na Sociedade e Resultados Consistentes.

Na era da conexão e da revolução da informação, reconhecemos que o ativo mais valioso para transformações são as pessoas. A Comunidade Sicoob, destinada a cooperados, delegados e colaboradores, representa um espaço de cooperação seguro, impulsionando a educação financeira, networking e criação de oportunidades. Alinhada à cultura cooperativa, a Comunidade Sicoob reflete a força da união na construção de oportunidades de crescimento. Agradecemos a todos que contribuíram para fazer de 2024 um ano marcante e promissor para o Sicoob ES e convidamos a permanecer conosco no www.comunidadesicoob.com.br

Vitória/ES, 18 de julho de 2025.
Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Balanco Patrimonial

(em milhares de Reais)

	Notas	30/06/2025
ATIVO		12.970.638
DISPONIBILIDADES	5.	10.565
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		2.192.940
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Líquido de Provisão para Perdas	6.1	273.465
Títulos e Valores Mobiliários, Líquido de Provisão para Perdas	6.1	1.412.190
Relações Interfinanceiras, Líquido de Provisão para Perdas	7.	390.038
Operações de Crédito	8.	115.800
Outros Ativos Financeiros	10.	1.557
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	9.	(110)
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	6.2	8.627.493
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Líquido de Provisão para Perdas	6.2	8.597.002
Títulos e Valores Mobiliários, Líquido de Provisão para Perdas	6.2.3	30.491
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	6.3.	1.915.988
Títulos e Valores Mobiliários, Líquido de Provisão para Perdas		1.915.988
ATIVOS FISCAIS, CORRENTES e DIFERIDOS	11.	345
OUTROS ATIVOS	12.	7.293
INVESTIMENTOS	13.	198.277
IMOBILIZADO DE USO	14.	27.753
INTANGÍVEL E ÁGIO	15.	1.323
(-) DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES		(11.339)
(-) Depreciação Acumulada de Ativo Imobilizado de Uso	14.	(10.114)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	15.	(1.225)
TOTAL DO ATIVO		12.970.638
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.970.638
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		12.297.207
DEPÓSITOS		11.656
Depósitos a Prazo	16.1	11.656
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	17.	11.174.671
Centralização Financeira – Cooperativas	17.1	11.174.671
OUTROS PASSIVOS		983.361
Obrigações por Empréstimos e Repasses	18.1	390.047
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas	18.2	807
Outras Obrigações	18.3	592.507
PROVISÕES	19.	127.519
Provisão para Pagamento a Efetuar	19.1	126.008
Provisão para Contingências	19.2	1.511
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		673.431
CAPITAL SOCIAL	20.1	582.548
RESERVAS DE SOBRES	20.2	45.881
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	20.3	502
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	20.4	44.500
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.970.638

Demonstração de Sobras ou Perdas

(em milhares de Reais)

	Notas	30/06/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		740.000
Operações de Crédito	22.1	22.839
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	22.2	206.410
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	22.3	510.751
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(674.148)
Operações de Captação no Mercado	16.2	(151)
Operações de Empréstimos e Repasses	23.	(673.997)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24.	65.852
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO		5.876
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		71.728
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(21.462)
Receitas de Prestação de Serviços	25.	1.038
Despesas de Pessoal	26.	(14.795)
Outras Despesas Administrativas	27.	(10.413)
Despesas Tributárias	28.	(201)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	29.	16.289
Outras Despesas Operacionais	30.	(34.138)
Outras Receitas Operacionais	31.	20.758
PROVISÕES		3
Provisões/Reversões para Contingências	32.	3
RESULTADO OPERACIONAL		50.269
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	33.	(157)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		50.112
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	18.3.I	(1.081)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		49.031

Demonstração do Resultado Abrangente

(em milhares de Reais)

	30/06/2025
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	49.031
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(539)
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado	
Ajuste de avaliação patrimonial	(539)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	48.492

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(em milhares de Reais)

	CAPITAL SUBSCRITO	RESERVA LEGAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2024	544.311	45.881	1.041	38.237	629.470
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21	-	-	-	(4.531)	(4.531)
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Distribuição de sobras para associados	38.237	-	-	(38.237)	-
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	49.031	49.031
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Invest. em Coligadas e Controladas	-	-	(539)	-	(539)
Saldos em 30/06/2025	582.548	45.881	502	44.500	673.431

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(em milhares de Reais)

	30/06/2025
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	50.112
Distribuição de Sobras e Dividendos – Invest. Aval. Custo	(35)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(16.289)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(5.875)
Provisões/Reversões para Contingências	(3)
(Ganho)/Perdas Por Baixas de Imobilizado	159
Depreciações e Amortizações	679
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	28.748
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	71.819
Títulos e Valores Mobiliários	1.077.172
Relações Interfinanceiras	(34.116)
Outros Ativos Financeiros	(77)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	(86)
Outros Ativos	(930)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais	
Depósitos a Prazo	11.656
Relações Interfinanceiras	177.949
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(22.765)
Outros Passivos Financeiros	52
Provisões	94
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	(102)
Outros Passivos	126.763
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.436.177
Atividades de Investimentos	
Distribuição de Dividendos Recebidos – Invest. Aval. Custo	35
Aquisição de Imobilizado de Uso	(536)
Aquisição de Investimentos	120
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(381)
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.435.796
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa	
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	1.618.955
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	3.054.751
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.435.796

Notas Explicativas

(em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES, doravante denominado **SICOOB CENTRAL ES**, é uma entidade cooperativista, que tem por objetivo a organização em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595, de 1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764, de 1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130, de 2009, alterada pela Lei Complementar nº 196, de 2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.970, de 2021 e 5.051, de 2022, alteradas pela Resolução CMN nº 5.131, de 2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica. Neste sentido, o **SICOOB CENTRAL ES** coordena as ações do Sicoob Sistema Sicoob ES, difunde e fomenta o cooperativismo de crédito e orienta a aplicação dos recursos captados pelo Sistema. O **SICOOB CENTRAL ES** integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, em conjunto a outras Cooperativas Centrais e Singulares, sendo sediada à **RUA CONSTANTE SODRÉ, Nº 305, SANTA LÚCIA, VITÓRIA – ES**.

O **SICOOB CENTRAL ES** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

1.1 Classificação de Risco Fitch Ratings

A Fitch Ratings, em 29 de agosto de 2024 afirmou a classificação de risco da Cooperativa, dessa forma, a sua classificação pela Fitch Rating no curto prazo tem a nota F1+(bra), nota de melhor qualidade, indicando forte capacidade do devedor em cumprir seus compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa alta qualidade de crédito de curto prazo. No rating de longo prazo, a Fitch Ratings atribuiu 'AA(bra)', que denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau elevado de confiança, equiparável às maiores instituições financeiras avaliadas no país.

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando os normativos aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). Sua apresentação segue os preceitos da Lei nº 6.404/1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, com as alterações promovidas por legislações posteriores, notadamente a Lei nº 11.638/2007, que introduziu relevantes ajustes na estrutura das demonstrações contábeis; a Lei nº 11.941/2009, que reforçou a transparência e a utilidade das informações financeiras; e a Lei nº 13.818/2019, que inovou quanto às exigências relativas à divulgação das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, foram levadas em consideração as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BCB e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/2009 e 196/2022. Também foram observadas a Resolução CMN nº 4.818, de 2020, que estabelece diretrizes contábeis, e suas alterações subsequentes, a Resolução nº 5.185/2024 e a Resolução CMN nº 4.924, de 2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116, de 2024. Por fim, foram consideradas as diretrizes da Resolução BCB nº 2/2020, atualizada pela Resolução BCB nº 367, de 2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em **18/07/2025**.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, novas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquilo que não confrontar com as normas por ele emitidas anteriormente, conforme a tabela a seguir apresenta:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil	Resolução CMN nº 4.975/2021
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 – Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 – Propriedade para investimento	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021

Os pronunciamentos contábeis aprovados pelo Banco Central do Brasil (BCB), quando aplicáveis às operações desta cooperativa de crédito, foram integralmente observados na elaboração das presentes demonstrações financeiras. Adicionalmente, os requisitos de divulgação estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966, de 2021 e pela Resolução BCB nº 352, de 2023 foram devidamente contemplados nas demonstrações relativas ao presente exercício.

c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2025:

Resolução CMN 4.966, de 2021 e Resolução BCB 352, de 23: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Os principais impactos nas demonstrações referente a adoção da resolução são:

a.1 – A adoção do modelo de perda esperada para o reconhecimento das perdas associadas ao risco de crédito. Os instrumentos financeiros são classificados em 3 (três) estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência.

a.2 – Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Cooperativa e em suas características contratuais de fluxos de caixa e não mais com base na intenção.

a.3 – As receitas e os encargos de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas.

a.4 – Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade.

a.5 – Vedação de registro no ativo de instrumentos financeiros baixados para prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos na Resolução.

Além disso:

Resolução CMN 4.975, de 2021 e Resolução 5.101, de 2023: dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) – Arrendamentos. A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista, a Cooperativa optou por adotar a norma prospectivamente para os contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2025, data em que entrou em vigor, conforme determinação do órgão regulador.

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433, atualizadas em 05 de novembro de 2024 pelas Instruções Normativas BCB nº 537 a 544: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente;

(ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor.

b) Adoção Inicial

A Cooperativa adotou a disposição transitória prevista no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966, de 2021 de não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

Os efeitos dos ajustes decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

c) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Lei Complementar nº 214, de 2025, regulamentadora da Emenda Constitucional nº 132, de 2023, instituiu os tributos sobre o consumo denominados IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e IS (Imposto Seletivo), promovendo uma ampla reformulação no sistema tributário nacional.

No que se refere às cooperativas de crédito, a norma manteve o tratamento tributário diferenciado aplicável aos atos cooperativos. Nos termos do art. 271 da referida Lei Complementar, fica assegurada a aplicação de alíquota zero para o IBS e a CBS nas operações realizadas entre a cooperativa e seus cooperados, desde que a instituição opte formalmente por esse regime. Por outro lado, as operações realizadas com terceiros permanecem sujeitas à incidência regular dos tributos instituídos.

A nova legislação demandará significativas adaptações operacionais e contábeis, sobretudo em razão da unificação de tributos e da necessidade de adequada interpretação do conceito de ato cooperativo para fins de correta aplicação da norma. A lei foi sancionada em 16 de janeiro de 2025, com escalonamento definido para sua implementação. No exercício de 2025, não haverá alterações nos procedimentos de apuração tributária, porém a LC 214/2025 ainda pende de regulamentação posterior – recomenda-se ressaltar esse fato.

A Cooperativa está monitorando atentamente os desdobramentos da reforma tributária e aguarda a edição de regulamentações complementares, com o objetivo de avaliar de forma precisa os impactos contábeis e fiscais decorrentes das novas disposições legais.

No tocante à Resolução CMN nº 4.966, de 2021 e aos normativos correlatos sobre instrumentos financeiros, destaca-se a obrigatoriedade de designação formal de operações de hedge e o reconhecimento contábil do ajuste a valor presente em instrumentos financeiros reestruturados. Essas disposições entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos contábeis e operacionais dessas exigências estão sendo analisados pela Cooperativa, com previsão de conclusão dos estudos até a data de vigência da norma.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2.3 Reapresentação de Informações Comparativas em razão da implementação da Resolução CMN nº 4.966, de 2021

Em observância à Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, a Cooperativa, dentro do possível, promoveu adequações de apresentação com o objetivo de preservar a comparabilidade com o período anterior.

Para fins de referência, são apresentados, em bases comparativas, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Sobras ou Perdas relativos à data-base de 30/06/2024, mantidos conforme as práticas contábeis vigentes à época, sem a aplicação dos ajustes de mensuração e das reclassificações requeridos pelo novo modelo previsto na referida Resolução.

Os ajustes de mensuração e reclassificações exigidos para a adoção integral da Resolução CMN nº 4.966/2021 foram implementados com efeitos a partir de 01/01/2025, início do exercício social de 2025. Assim, as informações de 30/06/2024 são meramente referenciais e não são diretamente comparáveis às de 2025, que observam integralmente o novo modelo contábil.

Adicionalmente, em conformidade com o art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/2021, a Cooperativa fará uso da dispensa regulamentar e não apresentará informações comparativas nas demonstrações financeiras de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

A seguir, apresenta-se a representação comparativa sem a aplicação da metodologia de mensuração prevista na Resolução CMN nº 4.966/2021. O procedimento adotado limitou-se ao reagrupamento direto das rubricas de 2024 ao formato do modelo de 2025, sem reconhecimento de efeitos de mensuração patrimonial ou reclassificações. Dessa forma, as demonstrações a seguir possuem caráter estritamente ilustrativo de apresentação.

a) Balanço Patrimonial

DESCRIÇÃO	30/06/2025	31/12/2024
ATIVO		
DISPONIBILIDADES	10.564	8
ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	2.192.941	2.606.940
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Líquido de Provisão para Perdas	273.465	810.431
Títulos e Valores Mobiliários, Líquido de Provisão para Perdas	1.412.190	1.325.655
Relações Interfinanceiras, Líquido de Provisão para Perdas	390.039	354.152
Operações de Crédito	115.800	115.800
Outros Ativos Financeiros	1.557	1.481
(-) PROV. PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	(110)	(579)
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	8.627.493	8.265.294
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Líquido de Provisão para Perdas	8.597.002	7.022.333
Títulos e Valores Mobiliários, Líquido de Provisão para Perdas	30.491	1.242.961
ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	1.915.988	1.552.079
Títulos e Valores Mobiliários, Líquido de Provisão para Perdas	1.915.988	1.552.079
ATIVOS FISCAIS, CORRENTES e DIFERIDOS	345	260
OUTROS ATIVOS	7.293	6.364
INVESTIMENTOS	198.277	182.970
IMOBILIZADO DE USO	27.753	27.750
INTANGÍVEL E ÁGIO	1.323	1.362
(-) DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(11.339)	(11.075)
(-) Depreciação Acumulada de Ativo Imobilizado de Uso	(10.114)	(9.857)
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	(1.225)	(1.218)
TOTAL DO ATIVO	12.970.638	12.631.952

DESCRIÇÃO	30/06/2025	31/12/2024
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PASSIVO FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	12.297.207	12.002.482
DEPÓSITOS	11.656	-
Depósitos a Prazo	11.656	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	11.174.671	10.996.722
Centralização Financeira - Cooperativas	11.174.671	10.996.722
OUTROS PASSIVOS	983.361	898.686
Obrigações por Empréstimos e Repasses	390.048	412.812
Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas	806	908
Outras Obrigações	592.507	484.966
PROVISÕES	127.519	107.074
Provisão para Pagamento a Efetuar	126.008	105.654
Provisão para Contingências	1.511	1.420
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	673.431	629.470
CAPITAL SOCIAL	582.548	544.311
RESERVAS DE SOBRAS	45.881	45.881
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	502	1.042
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	44.500	38.236
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.970.638	12.631.952

b) Demonstração de Sobras/Resultado

DESCRIÇÃO	30/06/2025	30/06/2024
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	740.000	493.832
Operações de Crédito	22.839	18.036
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	206.410	268.207
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	510.751	207.589
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(674.148)	(458.662)
Operações de Captação no Mercado	(151)	(11.011)
Operações de Empréstimos e Repasses	(673.997)	(447.651)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	65.852	35.170
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOC. AO RISCO DE CRÉDITO	5.876	464
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	71.728	35.634
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(21.462)	(8.918)
Receitas de Prestação de Serviços	1.038	2.288
Despesas de Pessoal	(14.795)	(12.963)
Outras Despesas Administrativas	(10.413)	(13.136)
Despesas Tributárias	(201)	(187)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	16.289	11.334
Outras Despesas Operacionais	(34.138)	(16.041)
Outras Receitas Operacionais	20.758	19.787
PROVISÕES	3	(381)
Provisões/Reversões para Contingências	3	(381)
RESULTADO OPERACIONAL	50.269	26.335
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	(157)	11
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	50.112	26.346
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(1.081)	(1.057)
SOBRAS DO PERÍODO	49.031	25.289

3. Principais Políticas Materiais

3.1 Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

3.2 Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição. São utilizadas pelo Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Nota 5.

3.4 Instrumentos Financeiros

I. Classificação dos instrumentos financeiros

Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas para administração dos ativos financeiros. As Cooperativas administram e classificam os ativos financeiros em um dos três modelos/categorias descritas a seguir:

Modelo de Negócio 1: Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Custo Amortizado: o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Modelo de Negócio 2: Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Modelo de Negócio 3: Outros modelos de negócios.

Valor Justo no Resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – Teste SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros, ii) pela venda, ou por iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

II. Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “Receitas de juros”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “Despesas de juros”, ao longo do prazo do respectivo contrato.

Ao valor justo em outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada “Ajuste de avaliação patrimonial”, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica “Receitas de juros”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Ao valor justo por meio do resultado e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica “Resultado líquido de juros”, no período em que ocorrem.

III. Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

IV. Reclassificação dos instrumentos financeiros

A Cooperativa não reclassificou seus ativos e passivos financeiros no exercício apresentado. Estando demonstrados no quadro de reclassificação nota 4.

V. Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

3.5 Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são ajustados para o valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

As operações a termo são registradas pelo valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, sendo essa diferença reconhecida como receita ou despesa em razão do prazo de fluência dos contratos.

As operações com opções são registradas pelo valor dos prêmios pagos ou recebidos até o efetivo exercício da opção, quando então é baixado como redução, ajustado ao valor de mercado ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não exercício.

As operações de futuro são registradas pelo valor dos ajustes diários, apropriados como receita ou despesa.

As operações de "swap" são registradas pelo diferencial a receber ou a pagar, diferencial esse apropriado como receita ou despesa.

Os contratos de câmbio, anteriormente classificadas sob rubricas específicas de ativos ou passivos relacionados à moeda estrangeira, agora devem ser registradas como derivativos, conforme o Art. 2º, inciso XI, da Resolução CMN nº 4.966, de 2021, já que são instrumentos financeiros cujo valor varia em decorrência de variáveis como a taxa de câmbio, sendo que sua liquidação ocorre em data futura. Essa transição impacta diretamente a forma como essas operações são tratadas contábil e financeiramente, sendo agora mensuradas a Valor Justo no Resultado (VJR).

As operações com outros instrumentos financeiros derivativos, são registradas de acordo com as características do contrato.

3.6 Método de Taxa Efetiva de Juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receita com tarifas e taxas atreladas a concessão das operações;
- Despesa com empresas especializadas (análise documental, cobrança, serviços de vistorias e avaliações);
- Despesa com comissões e portabilidade de operações.

Os custos da transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro. Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, a Cooperativa optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito.

O Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN n.º 4.966, de 2021, adotou de forma prospectiva a TJEO e passou a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas foram incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

3.7 Suspensão dos Juros (stop accrual)

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.966, de 2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático – Estágio 3), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN n.º 2.682, de 1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Dentre os critérios para marcação de ativo problemático, inclui-se operações com atraso superior a 90 (noventa) dias.

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Instituição adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

3.8 Provisão para Perdas

I. Visão Geral

A Cooperativa realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela Metodologia Completa, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 4.966, de 2021 e Resolução BCB nº 352/23 para:

Aplicações interfinanceiras de liquidez;

Títulos e valores mobiliários (mensurados a custo amortizado e “VJORA”);

Operações de créditos;

Outros ativos financeiros; e

Exposições “off-balance” (que gerem risco de crédito).

II. Estágios

A Cooperativa aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da origem do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro (*lifetime*).

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, para fins de reconhecimento de perdas é reconhecido o maior valor de perda entre:

A PE calculada com base nos dados observados estatísticos da Cooperativa; ou

O piso de Estágio 3 determinado pela Resolução BCB nº 352 de 2023 (anexo 1 da normativa – “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”).

III. Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito da operação é baseado na probabilidade de default para sua vida toda. Originalmente quando a operação é concedida pela Cooperativa é registrada em estágio 1 e, posteriormente, a cada data base, a Instituição avalia se o ativo apresentou aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em caso positivo, esta operação deve passar a ser considerada em estágio 2, ou ainda se o ativo, além de apresentar aumento significativo no risco de crédito, demonstrar evidência objetiva de recuperação de crédito, será alocado em estágio 3. Por fim, se a operação, além de apresentar a evidência de recuperação de crédito, tiver estimativas insignificantes de recuperação, esta deve ser baixada para prejuízo.

As definições de aumento significativo e evidência de ativo problemático, são baseadas não apenas em aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de default), mas também no atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos que devem ser considerados como estágio 2 são aqueles com aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso em 30 dias (limitado a 60 dias).

Em estágio 3 devem ser todos os contratos que têm evidência de problema de recuperação de crédito. Essencialmente, a marcação de ativo problemático é dada quando um contrato atinge atraso de pagamento da dívida acima de 90 dias em atraso, marcação de reestruturação ou quando o cliente possui características que evidenciem dificuldade de pagamento como quando ele está em situação de recuperação judicial.

IV. Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada visa gerar a expectativa das perdas em crédito ao longo de um dado horizonte de tempo, e engloba a avaliação de três parâmetros:

Probabilidade de default – PD: A PD é a probabilidade futura de um ativo entrar em inadimplemento em uma janela de tempo determinada;

Perda dada ao default – LGD: A LGD é o percentual esperado de perda de um cliente dado o default. É um componente importante para a modelagem do risco de crédito da Cooperativa para que consiga através de modelos mensurar qual é a probabilidade esperada de perda dada a contratação/renovação de contratos e clientes, podendo estender análises específicas para os diferentes tipos de garantias, percentual de cobertura das garantias, entre outras informações do cliente.

Exposição ao default – EAD: É a exposição na data da inadimplência.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966 de 2021, determina que todos os modelos tenham inclusão de variáveis preditivas de fatores macroeconômicos para proporcionar uma visão do risco à exposição dos fatores exógenos, preparar e antecipar as instituições na avaliação de impactos em eventos extremos (cenários sob estresses). Em outras palavras, as variáveis forward looking funcionam como uma calibragem dos modelos sob efeitos macroeconômicos ou política de crédito.

3.9 Ativos Financeiro com Problema de Recuperação de Crédito

O ativo financeiro é caracterizado como “Ativo Problemático” quando:

- Ocorrer atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Se houver algum indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais;
- Todas as operações enquadradas como reestruturadas;

Operações reestruturadas são renegociação que impliquem em concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.

Os instrumentos financeiros são alocados em estágios (estágio 1, estágio 2 e estágio 3) e classificados em Carteiras (C1 a C5) com base na modalidade, submodalidade e garantias e demais requisitos estipulados pela Resolução BCB 352/23. Ativos problemáticos (com problema de recuperação de crédito) são alocados no estágio 3, podendo em determinadas situações a marcação ser arrastada para outras operações de uma mesma contraparte ou grupo econômico.

O arrasto é realizado para a condição de Ativo Problemático não sendo observado situações de exclusão por materialidade. Os ativos financeiros são classificados em dois grupos para tratamento das carteiras, o atacado e o varejo. No atacado, todas as operações da contraparte e contrapartes conectadas são arrastadas, exceto as operações com risco significativamente menor. No varejo, todas as operações dentro do mesmo Grupo Homogêneo de Risco e mesma contraparte são arrastadas.

O modelo interno de mensuração da provisão para perda esperada do Sicoob considera fatores, como: O risco do associado, o tipo de pessoa, os tipos de produtos, as garantias, os aspectos que evidenciam aumento de risco, os cenários macroeconômicos, e a caracterização de ativo problemático.

A perda incorrida é atribuída aos ativos inadimplidos de acordo com os percentuais mínimos definidos pelo Banco Central do Brasil (Resolução BCB nº 352/23). As diferenças entre os pisos mínimos e os percentuais do modelo interno do Sicoob, são tratados como perda esperada.

A cura de ativo problemático observa parâmetros definidos em modelo interno do Sicoob e é executada com periodicidade mensal.

A contratação de operações e as ações para a recuperação de créditos em atraso em conformidade com as normas de crédito, utilizando sistemas informatizados e respeitando as condições de mercado.

3.10 Efeitos Tributários Cooperativas

Em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966, de 2021, para as Cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei 14.467, de 2022 não é aplicável.

Os critérios contábeis estabelecidos pela resolução foram aplicados de forma prospectiva e os efeitos dos ajustes decorrentes foram reconhecidos em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos efeitos tributários.

3.11 Operações de Crédito Cedidas

As cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passam a ter os seus resultados reconhecidos pelo prazo remanescente das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

3.12 Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas das Cooperativas filiadas, depositadas junto à Central conforme determinado no artigo 3, da Resolução CMN nº 4.677, de 2018.

3.13 Ativos não financeiros mantidos para venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747, de 2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924, de 2021.

3.14 Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

3.15 Investimentos

Representam aplicações de recursos em participações em coligadas, controladas ou controladas em conjunto sujeitas à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, bem como em outras instituições conforme previsão Resolução CMN nº 4.817, de 2020.

O Acordo das Cooperativas Centrais Filiadas ao Sicoob Confederação e dos Acionistas do banco, firmado em 11/02/2020, estabeleceu direito a voto nas reuniões, passando, assim, a configurar influência significativa das centrais na administração do Banco Sicoob.

3.16 Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535, de 2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

3.17 Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534, de 2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

3.18 Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

3.19 Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

3.20 Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *"pro rata die"*.

3.21 Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

3.22 Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

3.23 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823, de 2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

3.24 Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado nas operações realizadas com associados não está sujeito à tributação, conforme o regime jurídico das sociedades cooperativas.

3.25 Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

3.26 Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

3.27 Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

3.28 Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro,

enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

3.29 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2025.

4. Reconciliação de Saldos Patrimoniais Comparativos em 1º de janeiro de 2025

A Cooperativa optou pela dispensa prevista pela Resolução CMN nº 4.966, de 2021 de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da norma foram reconhecidas no patrimônio líquido dentro de sobras ou perdas acumuladas a partir de 1º de janeiro de 2025.

a) Reconciliação do patrimônio líquido na transição para Resolução CMN nº 4.966, de 2021.

Descrição	Valor Contábil
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024	629.470
Perda esperada de crédito esperada para operações de crédito (Ajustes)	2.240
Perda esperada de crédito esperada para demais ativos financeiros	(6.771)
Efeito no Patrimônio líquido conforme a Res. CMN 4.966, de 2021 em 1 de janeiro de 2025	(4.531)
Patrimônio líquido conforme a Resolução CMN 4.966, de 2021 em 1 de janeiro de 2025	624.939

b) Estão apresentados a seguir, os saldos de reconciliação com os impactos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966, de 2021.

- Ativos Financeiros:

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966, de 2021
Aplicação Interfinanceira de Liquidez	Aplicação Interfinanceira de Liquidez	7.832.764	-	810.431	CA
				7.022.333	VJORA

Nomenclatura em 31/12/2024	Ativo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966, de 2021
	Provisão para perdas esperadas	-	(293)	(293)	CA
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	4.120.695	-	1.325.655	CA
				1.242.961	VJORA
				1.552.079	VJR
	Provisão para perdas esperadas	-	(6.478)	(6.478)	VJORA
Relações Interfinanceiras	Relações Interfinanceiras e Interdependências	355.931	-	355.931	CA
	Provisão para perdas esperadas	(1.780)	1.771	(9)	CA
Operações de Crédito	Operações de Crédito	115.800	-	115.800	CA
	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(579)	469	(110)	CA
Total Ativos Financeiros		12.422.831	(4.531)	12.418.300	

- Passivos Financeiros:

Nomenclatura em 31/12/2024	Passivo Financeiro	Saldo em 31/12/2024	Remensurações/Reclassificações (1)	Saldo em 01/01/2025	Nova classificação de acordo com a Resolução CMN 4.966, de 2021
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	Relações Interfinanceiras	10.996.721	-	10.996.721	CA
Total Passivos Financeiros		10.996.721	-	10.996.721	

(1) Referem-se às perdas de crédito esperadas e aos ajustes para mensuração a valor justo de ativos financeiros reclassificados entre categorias contábeis, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966, de 2021.

5. Caixa e Equivalente de Caixa

Corresponde à saldo em caixa e depósitos bancários e Aplicações interfinanceiras de liquidez e Títulos e Valores Mobiliários de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de fechamento do balanço.

30/06/2025			
Descrição	Valor contábil bruto	Perda Esperada	Saldo Líquido
Disponibilidade em Caixa e Depósitos Bancários	10.565	-	10.565
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Banco Sicoob	10.562	-	10.562
Banco Bradesco	3	-	3
Aplicações e Títulos com vencimento em até 90 dias	3.044.186	-	3.044.186
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.201.902	-	1.201.902
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	1.842.284	-	1.842.284
Saldo Caixa e Equivalente de Caixa	3.054.751	-	3.054.751

6. Instrumentos Financeiros

6.1 Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

30/06/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez – Custo Amortizado	273.680	(215)	273.465
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros	273.680	(215)	273.465
Títulos e Valores Mobiliários – Custo Amortizado	1.412.190	-	1.412.190
Títulos Públicos Federais	1.412.190	-	1.412.190
TOTAL	1.685.870	(215)	1.685.655

(I) As cooperativas singulares são classificadas, por exclusão, como sociedades não ligadas ao Banco Sicoob, em razão de deterem apenas ações preferenciais, que lhes conferem exclusivamente o direito à preferência na distribuição de dividendos, conforme previsto em seus respectivos estatutos.

No que se refere às garantias, informamos que todas as aplicações da Cooperativa em Depósitos Interfinanceiros no Banco Sicoob são registradas como aplicações sem garantia. Tais aplicações correspondem a investimentos em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), com rentabilidade variando entre 100% e 101% do CDI.

(II) Este item refere-se aos saldos das participações detidas pela Cooperativa em entidades avaliadas pelo custo de aquisição, que integram o grupo contábil de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.817, de 2020 e pela Instrução Normativa BCB nº 269, de 01/04/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), as variações desses ativos permanecem classificadas no fluxo das "Atividades de Investimento", considerando que a reclassificação promovida pelo Banco Central do Brasil não alterou a

natureza econômica dessas participações, que continuam sendo reconhecidas como ativos de longo prazo, nos termos do item 16.a do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6.1.1 – Composição dos Ativos Financeiros ao Custo Amortizado:

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários – CA	Índice	30/06/2025
Circulante		194.428
<i>Aplicações em depósitos interfinanceiros de 90 a 360 dias</i>		194.428
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	194.428
Não circulante		1.491.227
<i>Aplicações em depósitos interfinanceiros</i>		79.037
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	79.037
<i>Títulos e Valores Mobiliários mantidos até o vencimento – carteira própria</i>		1.412.190
LFTM – Administrado	SELIC	748.545
LFT – Administrado	SELIC	663.645
Total Geral		1.685.655

(a) Os investimentos são feitos em instituições financeiras que apresentam baixo risco e dentro dos limites estabelecidos em nossa política de investimento.

6.2 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes:

30/06/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez – VJORA	8.597.002	-	8.597.002
Demais Aplicação em depósitos Interfinanceiros	8.597.002	-	8.597.002
Títulos e Valores Mobiliários – VJORA	31.171	(680)	30.491
Títulos Privados de Entidades não Financeiras	31.171	(680)	30.491
TOTAL	8.628.173	(680)	8.627.493

6.2.1 – Composição dos Ativos Financeiros ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários – VJORA	Índice	30/06/2025
Circulante		6.929.713
<i>Aplicações em depósitos interfinanceiros até 90 dias</i>		1.201.902

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Títulos e Valores Mobiliários - VJORA	Índice	30/06/2025
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	1.201.902
Aplicações em depósitos interfinanceiros de 90 a 360 dias		5.727.811
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	5.727.811
Não circulante		1.697.780
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.667.289
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	81% CDI	9.042
Depósitos Interfinanceiros – ACO Banco Sicoob (a)	101% CDI	1.658.247
Títulos e Valores Mobiliários mantidos até o vencimento – carteira própria		30.491
Debêntures (6.2.3)	CDI	30.491
Total Geral		8.627.493

(a) Os investimentos são feitos em instituições financeiras que apresentam baixo risco e dentro dos limites estabelecidos em nossa política de investimento.

6.3 Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado

Abaixo, composição dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

30/06/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Títulos e Valores Mobiliários - VJORA	1.915.988	-	1.915.988
Títulos por PR de Instituições autorizadas a Funcionar Bacen	35.521	-	35.521
Cotas de Fundo	1.860.875	-	1.860.875
Participações de Cooperativas	19.592	-	19.592
TOTAL	1.915.988	-	1.915.988

Os ativos financeiros demonstrados na tabela acima, estão classificados a valor justo por meio do resultado em decorrência de falharem no teste de SPPJ.

6.3.1 – Composição dos Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio do Resultado:

Títulos e Valores Mobiliários - VJR	Índice	30/06/2025
Circulante		1.842.284
Títulos e Valores mobiliários até 90 dias		1.842.284
Títulos para negociação – carteira própria		1.842.284
Fundo de centralização	Pós-fixado	663.193

Títulos e Valores Mobiliários - VJR	Índice	30/06/2025
Fundo Institucional	Pós-fixado	1.179.091
Não circulante		73.704
Títulos para negociação – carteira própria		18.591
Cotas de Fundo Imobiliário		18.591
Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria		35.521
LFT – Administrado	CDI	35.521
Participação em Cooperativas		19.592
Sicoob Confederação		19.192
Participação em Empr. Controlada Coop Central de Crédito		399
Outras Participações		1
Total Geral		1.915.988

6.4 Composição dos Ativos Financeiros por Faixa de Vencimento

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	30/06/2025
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.201.902	5.922.239	1.746.326	8.870.467
Títulos e Valores Mobiliários – Livres	1.842.284	-	1.516.385	3.358.669
TOTAL	3.044.186	5.922.239	3.262.711	12.229.136

6.5 Resumo da Carteira Consolidada por Categoria de Mensuração

30/06/2025			
Descrição	Valor contábil	Perda Esperada	Saldo Líquido
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	2.075.917	(224)	2.075.693
Ativos Financeiros Mensurados ao VJORA	8.628.173	(680)	8.627.493
Ativos Financeiros Mensurados ao VJR	1.915.988	-	1.915.988
TOTAL	12.620.078	(904)	12.619.174

7. Repasses Interfinanceiros

Trata-se de recurso do Funcafé contratado com o Ministério da Agricultura, conforme previsto na Lei Complementar nº 130/09, repassado as Cooperativas Filiadas, nas mesmas condições contratuais, objetivando financiar as atividades de seus associados. As garantias oferecidas são Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiadas.

- a) Composição da carteira de Repasses de Recursos do Crédito Rural:

Entidade repassadora	30/06/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Devedores Por Repasses de Recursos do Crédito Rural	370.219	19.828	390.047
Total Crédito Rural	370.219	19.828	390.047
(-) Perda Esperada Repasses Interfinanceiros – Recursos Fontes Públicas	(7)	(2)	(9)
TOTAL	370.212	19.826	390.038

8. Operações de Crédito, Outras Operações com Características de Concessão de Crédito e Garantias Prestadas

8.1 Composição da Carteira de Crédito Mensurados ao Custo Amortizado

Abaixo, a composição da carteira de crédito mensurados ao custo amortizado:

30/06/2025			
Descrição	Valor Contábil	Perda Esperada	Custo Amortizado
Operações de Crédito – Custo Amortizado			
Empréstimos	115.800	(110)	115.690
Total de Operações de Crédito	115.800	(110)	115.690

8.2 Composição da Carteira de Crédito por Faixa de Vencimento

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	30/06/2025
Empréstimos	-	115.690	-	115.690
TOTAL	-	115.690	-	115.690

8.3 Composição da Carteira de Crédito por Tipo de Produto, Cliente e Atividade Econômica

Descrição	Empréstimos	30/06/2025	% da Carteira
Outros	115.800	115.800	100%
TOTAL	115.800	115.800	100%

8.4 Concentração das Operações de Crédito por Grupos Homogêneos

Para da avaliação do risco de crédito e apuração da perda esperada associada ao risco de crédito a Cooperativa avalia de forma coletiva sua carteira, através da definição de grupos homogêneos de risco.

Entende-se como grupos homogêneos de risco o conjunto de instrumentos financeiros com características semelhantes que permitam a avaliação e a quantificação do risco de crédito de forma coletiva, considerando:

8.5 Distribuição da Carteira de Crédito pelos Respectivos Grupos Homogêneos e Classificações em Estágios

30/06/2025			
Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Empréstimos	115.800	-	-
Total	115.800	-	-

9. Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito e para Garantias Financeiras Prestadas

9.1 Distribuição dos Instrumentos Financeiros por Classe e Estágios

30/06/2025			
Descrição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Empréstimos	(110)	-	-
Total	(110)	-	-

10. Outros Ativos Financeiros

Em 30 de junho de 2025, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:

Descrição	30/06/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas a Receber	69	-	69
Outras Rendas a Receber	62	-	62
Rendas a Receber Seguro	7	-	7
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	-	1.488	1.488
PIS - Depósito Judicial	-	191	191
PIS Folha - Depósito Judicial	-	265	265
COFINS - Depósito Judicial	-	947	947
Interposição de Recursos Fiscais	-	85	85
TOTAL	69	1.488	1.557

a) Valores referentes a interposição de recursos fiscais registrados no ativo e passivo, classificados a longo prazo, sendo seus vencimentos previstos para conclusão dos processos citados na Nota 19.2.

11. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 30 de junho de 2025, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
IRPJ não compensado no próprio exercício	140	-	140
CSLL não compensado no próprio exercício	58	-	58
IRRF sobre comissões- intermediação financeira - a compensar	3	-	3
Contribuição Social - antecipações - a compensar	26	-	26
IRPJ - antecipações - a compensar	44	-	44
IR retidos - a compensar	11	-	11
Contribuição social - a compensar	12	-	12
Valores a restituir - PERDCOMP	50	-	50
Outros Impostos e Contribuições a Compensar	1	-	1
TOTAL	345	-	345

12. Outros Ativos

Em 30 de junho de 2025, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	454	-	454
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	630	-	630
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	7	-	7
Pagamentos a Ressarcir	518	-	518
Devedores Diversos - País	3.472	-	3.472
Plano de Saúde a Receber	19	-	19
Cooperativas Filiadas (a)	3.209	-	3.209
Estoque de Pontos Recebidos	244	-	244
Ativos em Estoque	299	-	299
Ativos não Financ Mantidos para Venda - Próprios (b)	-	2.053	2.053
Instalações, Moveis e Equipamentos (I)	-	996	996
Imóveis (II)	-	1.057	1.057
(-) Prov Desv Ativos não Finc Mantidos para Venda - Próp.	-	(1.078)	(1.078)
(-) Instalações, Moveis e Equipamentos	-	(21)	(21)
(-) Imóveis	-	(1.057)	(1.057)

Descrição	30/06/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas Antecipadas	792	146	938
Propaganda e Publicidade	298	146	444
Software	246	-	246
Outras Despesas Antecipadas	248	-	248
TOTAL	6.172	1.121	7.293

(a) Cooperativas Filiadas – são os valores que o Sicoob Central ES tem a receber das Cooperativas filiadas, referente ao rateio mensal das despesas da central.

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Próprios estão registrados os bens da cooperativa que não estão sendo utilizados para a atividades da cooperativa, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

I. Referente a duas unidades da usina fotovoltaica destinado a gerar energia limpa e renovável e não estando sujeito à depreciação e que não se encontram em uso pelo Sicoob Central ES.

II. Referente ao imóvel da antiga sede que não está em uso e está disponível para venda, não estando sujeito à depreciação.

13. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCO SICOOB.

Descrição	30/06/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Participações em Coligadas e Controladas no País – Banco Sicoob (a)	194.244	-	194.244
Participação Em Emp. Cont. Por Coop. Central Crédito	4.033	-	4.033
TOTAL	198.277	-	198.277

(a) A participação junto ao Banco Sicoob, gerou no primeiro semestre de 2025, com o resultado de equivalência patrimonial, o resultado no montante de R\$ 16.128 mil.

13.1 Método de Equivalência Patrimonial

O quadro abaixo apresenta as informações dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nos períodos de 30 de junho de 2025:

Descrição	30/06/2025		
	Banco Sicoob	Empr. de Seguro (CORRETORA)	Outras Participações (ANNELLUS)
Número de ações/quotas	80.000	13	400
Patrimônio Líquido das Investidas	5.375.151	146	4.016

30/06/2025			
Descrição	Banco Sicoob	Empr. de Seguro (CORRETORA)	Outras Participações (ANNELLUS)
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	(832)	-	-
% de Participação no Capital Social das Investidas	4%	11%	100%
Valor do Investimento	194.244	17	4.016
Equivalência Patrimonial	16.128	1	160

13.2 Movimentação dos Investimentos

O quadro abaixo apresenta as informações de movimentação dos investimentos, nos períodos de 30 de junho de 2025:

30/06/2025				
Descrição	Banco Sicoob	Empr. de Seguro (CORRETORA)	Outras Participações (ANNELLUS)	Total
Saldo em 31/12/2024	179.098	16	3.856	182.970
Aumento de Capital	20.182	-	-	20.182
Equivalência Patrimonial	16.128	1	160	16.289
Dividendos Recebidos	(20.332)	-	-	(20.332)
Ajuste a Valor de Mercado	(832)	-	-	(832)
Saldo em 30/06/2025	194.244	17	4.016	198.277

14. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo.

Em 30 de junho de 2025, os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:

30/06/2025				
Descrição	Taxa Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Imobilizado em Curso (a)		301	-	301
Terrenos		2.838	-	2.838
Edificações	4%	16.149	(6.433)	9.716
Instalações	10%	4.060	(994)	3.066
Mobiliários	10%	1.604	(964)	640
Máquinas	10%	119	(95)	24

30/06/2025				
Descrição	Taxa Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Aparelhos de Refrigeração	10%	42	(25)	17
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	1.910	(1.210)	700
Alarme	10%	22	(12)	10
Armas e Equipamentos	10%	74	(35)	39
Equipamentos de Vigilância e Segurança	10%	274	(95)	179
Equipamentos de Comunicação	10%	58	(37)	21
Veículos	20%	302	(214)	88
Total Imobilizado de Uso e Depreciação		27.753	(10.114)	17.639

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

A despesa com depreciação e amortização no primeiro semestre de 2025 foi de R\$ 633 mil.

15. Intangível

Registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Em 30 de junho de 2025, os montantes do intangível estão assim compostos:

30/06/2025				
Descrição	Taxa Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Líquido
Sistema de Processamento de Dados	10-20%	431	(431)	-
Software e Direito de Uso	10-20%	892	(794)	98
Total Intangível e Amortização Acumulada		1.323	(1.225)	98

A despesa com amortização no primeiro semestre de 2025 foi de R\$ 46 mil.

16. Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

São obrigações financeiras reconhecidas pelo valor originalmente recebido, posteriormente ajustado pelos encargos, juros e amortizações incorridos ao longo do tempo.

16.1 Depósitos

Em 30 de junho de 2025, os depósitos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Custo Amortizado			
Depósitos a Prazo	11.656	-	11.656
TOTAL	11.656	-	11.656

Os depósitos a prazo recebem encargos financeiros contratados. Foi assinado acordo de compensação envolvendo as cooperativas filiadas e o Banco Sicoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural, com rendimentos de 100% do CDI. Os valores depositados no Sicoob Central ES possuem aplicação correspondente no Banco Sicoob, lastreando o acordo. O resgate ocorre de acordo com a movimentação do crédito rural.

16.2 Despesas com Operações de Captação de Mercado

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

Descrição	30/06/2025
Despesas de Depósitos a Prazo	(151)
TOTAL	(151)

17. Relações Interfinanceiras

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades inclusive Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

17.1 Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira – Cooperativas

Refere-se às disponibilidades de recursos das cooperativas singulares filiadas do Sicoob Central ES, que aplica estes valores de forma centralizada, obtendo assim remuneração mais vantajosa. Mensalmente o resultado destas aplicações é creditado para as singulares. A Centralização Financeira apresenta, em 30 de dezembro de 2025, um montante conforme abaixo:

Descrição	30/06/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Centralização Financeira – Cooperativas	11.174.671	-	11.174.671
TOTAL	11.174.671	-	11.174.671

As despesas relacionadas à remuneração da Centralização Financeira devidas às cooperativas filiadas totalizaram R\$ 656.091 mil no primeiro semestre de 2025, estando demonstradas na Nota 23 – Despesas da Intermediação Financeira.

18. Outros Passivos

18.1 Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a instituições oficiais (Funcafé) para repasse as Cooperativas Filiadas (art. 2º, § 5º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009). As garantias oferecidas são Títulos Públicos Federais (LFT) e Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiadas. Os valores repassados encontram-se demonstrados na Nota 7.

Instituições	30/06/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Repasses do País – Instituições Oficiais (MAPA)	370.219	19.828	390.047
TOTAL	370.219	19.828	390.047

As despesas relacionadas às operações de empréstimos e repasses totalizaram R\$ 17.906 mil no primeiro semestre de 2025, conforme demonstrado na Nota 23 – Despesas da Intermediação Financeira.

18.2 Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 30 de junho de 2025, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	30/06/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	16	-	16
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	118	-	118
Impostos e Contribuições sobre Salários	669	-	669
Outros	4	-	4
TOTAL	807	-	807

18.3 Outras Obrigações

Em 30 de junho de 2025, os saldos de outras obrigações estão assim compostos:

Descrição	30/06/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias	12.785	-	12.785
Provisão para Participações nas Sobras (I)	1.081	-	1.081
Gratificações e Participações a Pagar	2.883	-	2.883
Fundo de assistência Técnica, Educacional e Social – FATES (II)	8.821	-	8.821
Credores Diversos – País	579.597	-	579.597

Descrição	30/06/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Pagamentos a Processar	13	-	13
Fundo SISOL (III)	2.769	-	2.769
Fundo FEFS (IV)	576.678	-	576.678
Faturas Sicoobcard	51	-	51
Outros	86	-	86
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	125	-	125
TOTAL	592.507	-	592.507

- I. A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão de R\$1.081 mil no primeiro semestre de 2025, a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa. A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;
- II. O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872, de 2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764, de 1971.
- III. Refere-se ao Fundo Sicoob para geração e compartilhamento de energia fotovoltaica – SISOL criado pelo Sicoob Central ES por adesão de suas filiadas. O Sicoob Central ES por deliberação na Assembleia Geral Extraordinária do dia 28 de maio de 2018 constituiu o Fundo com o objetivo desenvolver ações de sustentabilidade ambiental do Sicoob ES, que visam, especialmente, a exploração e utilização de fontes renováveis de energia, quer seja para uso próprio do Sicoob Central ES ou de suas Filiadas.
- IV. Refere-se ao Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob – FEFS criado pelo Sicoob Central ES por adesão de suas filiadas. O Sicoob Central ES por deliberação na Assembleia Geral Extraordinária do dia 12 de dezembro de 2019 constituiu o Fundo com o objetivo de garantir a estabilidade financeira das mesmas, sendo que absorveu o saldo dos demais fundos existentes.

19. Provisões

Em 30 de junho de 2025, os saldos de provisões estão assim compostos:

Descrição	Circulante	Não Circulante	Total 30/06/2025
Provisão para Pagamento a Efetuar	126.008	-	126.008
Provisão para Contingências	1.511	-	1.511
TOTAL	127.519	-	127.519

19.1 Provisão para Pagamentos a Efetuar

Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:

Descrição	30/06/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	2.329	-	2.329
Compensação	104	-	104
Aluguéis	4	-	4
Comunicações	11	-	11
Propaganda e Publicidade	417	-	417
Plano de Saúde	18	-	18
Provisão Pagamento Administração Financeira (a)	123.044	-	123.044
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	81	-	81
TOTAL	126.008	-	126.008

a) Refere-se a rendimentos da centralização financeira a serem repassados para as cooperativas filiadas.

19.2 - Provisão para Contingências

Em 30 de junho de 2025, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	30/06/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Contingências (a)	-	1.511	1.511
TOTAL	-	1.511	1.511

a) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às Demandas Judiciais:

Descrição	30/06/2025	
	Provisão para Demandas Judiciais - Passivo	Depósitos Judiciais - Ativo
PIS	191	191
PIS FOLHA	264	265
COFINS	947	947
Outras Contingências	109	85
TOTAL	1.511	1.488

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

20. Patrimônio Líquido

20.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2025
Sicoob Sul-Litorâneo	33.543
Sicoob Sul	99.099
Sicoob Conexão	223.774
Sicoob Coopermais	65.625
Sicoob Sul-Serrano	119.043
Sicoob Credirochas	41.464
Total	582.548

20.2 Fundo de Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades conforme previsto no estatuto social.

20.3 Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No período de 30 de junho de 2025, o SICOOB CENTRAL ES realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no Banco Sicoob pelo MEP, e registrou como outros resultados abrangentes no valor de R\$ 502 mil, referente as

alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

20.4 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do Bacen, através da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29/04/2025, as cooperativas filiadas deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, para o aumento do capital social, no valor de R\$ 38.237 mil.

Descrição	30/06/2025
Sobra líquida do exercício	49.031
Adoção inicial Resolução CMN 4.966/21	(4.531)
Sobras ou Perdas no Período	(44.500)

21. Resultado de Atos Não Cooperativos

O resultado do período será apresentado em quadro específico, com a devida segregação entre atos cooperativos (Ato Coop.) e atos não cooperativos (Ato Não Coop.).

São classificados como atos não cooperativos os rendimentos e/ou despesas decorrentes de operações realizadas com terceiros não associados, as quais estão sujeitas à incidência dos tributos federais e municipais aplicáveis. Tais valores são registrados de forma segregada na contabilidade da Cooperativa, e o resultado líquido apurado nessas operações, quando positivo, é integralmente destinado ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), nos termos do artigo 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 30 de junho de 2025, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

Descrição	30/06/2025		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	799.334	798.072	1.262
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(723.986)	(723.921)	(65)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(26.160)	(26.118)	(42)
Resultado Operacional	49.188	48.033	1.155
Receita Não Operacional	12	-	12
Despesa Não Operacional	(169)	-	(169)
Resultado Não Operacional	(157)	-	(157)
Resultado do Período	49.031	48.033	998

22. Receitas da Intermediação Financeira

22.1 Receitas de Operações de Crédito

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos de capital de giro e de repasses.

Descrição	30/06/2025
Rendas de Empréstimos	7.231
Rendas de Repasses Interfinanceiros	15.608
TOTAL	22.839

22.2 Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 30 de junho de 2025, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Títulos de Renda Fixa", foram, respectivamente:

Descrição	30/06/2025
Debêntures	2.253
Letras financeiras do tesouro	40.738
LF - Pós Fixada	19.565
LFT Centralização Recurso Municípios	45.798
Letra Financeira Subordinada Complementar	2.661
Fundos de aplicação financeira	93.668
Rendas Aplic. Fundos Investimentos - Imobiliário	1.044
Outros – Rendas Aplicações Fundo Investimento	15.921
(-) Prejuízos Com Cotas de Fundos de Investimento	(15.149)
(-) Prejuízos Com Títulos de Renda Fixa	(89)
TOTAL	206.410

22.3 Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Os rendimentos auferidos com Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, no período findos em 30 de junho de 2025, registrados em contrapartida à receita de "Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez", foram, respectivamente:

Descrição	30/06/2025
CDI – Não ligadas	5.017
CDI – Ligadas	505.734
Total	510.751

23. Despesa com Operações de Empréstimos e Repasses

Descrição	30/06/2025
Despesas de Repasse – Funcafé repassado (a)	(17.906)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos (b)	(656.091)
TOTAL	(673.997)

(a) Estas despesas são especialmente representadas por juros e atualização monetária sobre repasses de recursos, obtidos junto ao MAPA.

(b) Despesas correspondente a remuneração da Centralização Financeira para as cooperativas filiadas.

24. Despesa com Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

A provisão para perdas esperadas em aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, incluindo operações decorrentes de relações interfinanceiras, é constituída conforme a Resolução CMN nº 4.966, de 2021. O cálculo considera o risco de crédito da contraparte, a probabilidade de inadimplência, a exposição no momento do default e a perda estimada, com base em dados históricos, condições econômicas atuais e projeções futuras.

Em 30/06/2025, as provisões/reversões estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2025
Reversões de Provisões para Aplicação Interfinanceira de Liquidez	88
Reversões de Provisões para Títulos e Valores Mobiliários	5.915
Reversões de Provisões para Relações Interfinanceiros	3
Provisões para Aplicação Interfinanceira de Liquidez	(9)
Provisões para Títulos e Valores Mobiliários – Debêntures	(117)
Provisões para Relações Interfinanceiros	(4)
TOTAL	5.876

25. Receitas de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	30/06/2025
Rendas de Intercambio – Cabal	216
Rendas de Comissão de Outros Serviços	517
Rendas de Comissão Plano de Saúde	74
Rendas de Outros Serviços	186
Rendas de Comissão de Seguros	45
TOTAL	1.038

26. Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	30/06/2025
Despesas de Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(3.397)
Despesas de Pessoal – Benefícios (a)	(2.481)
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	(2.549)
Despesas de Pessoal – Proventos	(6.171)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(197)
TOTAL	(14.795)

(a) Os valores de benefícios pagos se referem a vale alimentação, plano odontológico, seguro de vida, vale transporte e auxílio creche.

27. Outros Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	30/06/2025
Despesas de Água, Energia e Gás	(102)
Despesas de Aluguéis	(24)
Despesas de Comunicações	(156)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(265)
Despesas de Material	(67)
Despesas de Processamento de Dados	(1.921)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(584)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(4.728)
Despesas de Seguros	(10)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(694)
Despesas de Serviços de Terceiros	(271)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(56)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(473)
Despesas de Transporte	(17)
Despesas de Viagem no País	(84)
Despesas de Amortização	(46)
Despesas de Depreciação	(633)
Outras Despesas Administrativas	(282)
TOTAL	(10.413)

28. Despesas Tributárias

Referem-se a despesa com tributos e contribuições sobre o Ato Não Cooperativo:

Descrição	30/06/2025
Despesas Tributárias	(90)
Disp. Impostos s/ Serviços - ISS	(52)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(59)
TOTAL	(201)

29. Resultado de Participações em Coligadas e Controladas

Descrição	30/06/2025
Rendas de Ajustes em Investimentos em Coligada e Controlada (a)	16.289
TOTAL	16.289

(a) O principal valor desta conta refere-se ao reconhecimento de ganho na equivalência patrimonial do investimento junto Banco Sicoob que totalizou R\$ 16.128 mil.

30. Outros Despesas Operacionais

Descrição	30/06/2025
Contribuição Fundos (a)	(33.739)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(347)
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais	(52)
TOTAL	(34.138)

(a) Este valor refere-se à atualização do Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob - FEFS.

31. Outras Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2025
Recuperação de Encargos e Despesas	1.038
Dividendos	35
Rateio de despesas da central entre filiadas (a)	18.819
Atualização Selic – Recup. Créditos Tributários Recebidos	175
Rendas de Aluguéis	12
Outras Rendas Operacionais	679
TOTAL	20.758

(a) Rateio de despesas da central entre as Cooperativas filiadas conforme aprovado pela diretoria colegiada do Sicoob ES.

32. Despesas com Provisões

Descrição	30/06/2025
Reversões de Provisões para Outras Contingências	3
TOTAL	3

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

33. Outras Receitas e Despesas

Descrição	30/06/2025
Ganho de Capital	12
(-) Perda de Capital	(169)
TOTAL	(157)

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

34. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes no período de 30/06/2025.

35. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica. Caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

35.1 Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Nos períodos findos em 30 de junho de 2025, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	30/06/2025
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(2.445)
Salários/Remuneração	(272)
Benefícios	(116)

35.2 Operações com Entidades Relacionadas

As operações do SICOOB CENTRAL ES são substancialmente realizadas com partes relacionadas, como Cooperativas Filiadas, Banco Sicoob, Sicoob Confederação e demais entidades relacionadas.

35.3 Cooperativas Singulares Filiadas

O Sicoob Central ES foi criado com o objetivo da organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e a assistência às cooperativas filiadas nos termos da Lei nº 5.764, de 1971, artigo 8º e Resolução nº 4.434, de 2015 do CMN, capítulo I artigo 6º.

Demonstramos a seguir as operações com as cooperativas filiadas, instituição financeira que o Sicoob Central ES tem participação:

Descrição	30/06/2025
Ativo	
Cooperativas Filiadas	508.937
Repasse interfinanceiros	390.038
Operações de crédito	115.690
Valores a receber	3.209
Passivo	
Cooperativas Filiadas	11.297.715
Relações interfinanceiras – centralização financeira	11.174.671
Provisão Pagamento Administração Financeira	123.044

- Resultado em 30/06/2025:

Descrição	30/06/2025
Receita	
Cooperativas Filiadas	41.658
Rendas de empréstimos	7.231
Rendas de repasse interfinanceiros	15.608
Rateio de Despesas da Central entre filiadas	18.819
Despesa	
Cooperativas Filiadas	(656.201)
Reversão/Provisão para Operações de Créditos	(110)
Dispêndio de Depósitos Intercooperativos	(656.091)

35.4 Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Banco Sicoob

O Banco Sicoob é um banco múltiplo privado especializado no atendimento a cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao Sicoob.

Demonstramos a seguir as operações com o Banco Sicoob, instituição financeira que o Sicoob Central ES tem participação:

Descrição	30/06/2025
Ativo	
Banco Sicoob	10.723.313
Conta corrente	10.562
Depósitos Interfinanceiros	8.870.467
Cotas de Fundos de Renda Fixa	1.842.284

- Resultado em 30/06/2025:

Descrição	30/06/2025
Receita	
Banco Sicoob	610.295
Rendas Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	510.751
Fundos Aplicações Financeiras	93.668
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	5.876

36. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 5.194, de 2024, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites.

Basileia III	30/06/2025	31/12/2024
Patrimônio de Referência – Nível I (110)	514.299	477.832
Patrimônio de Referência – PR (100)	514.299	477.832
RWA para risco de crédito por abordagem padronizada – RWACPAD (700)	2.543.511	2.735.167
RWA para risco de mercado – RWAMPAD (770)	64.548	61.870
RWA para risco operacional – RWAOPAD (870)	262.100	148.993
Ativos ponderados por risco (RWA) (900)	2.870.160	2.946.030

Basileia III	30/06/2025	31/12/2024
Patrimônio de referência exigido / mínimo para o RWA (910)	229.613	235.682
Valor total da RBAN (890)	40.739	39.964
Margem sobre o PR considerando a RBAN (953)	172.193	128.534
Índice da Basileia	15,78%	14,36%
Margem de Imobilização (960)	235.479	217.150

37. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são de forma facultativa, variando de 1% a 8% do salário, além disso, a cooperativa contribui adicionando 50% do valor descontado de previdência privada na forma de benefício para o colaborador.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	30/06/2025
Contribuição Previdência Privada	(143)
TOTAL	(143)

38. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

38.1 Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

38.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 4.966, de 2021.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;

- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

38.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico (Δ EVE): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira (Δ NII): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;

d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;

e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;

f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);

g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;

h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;

i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);

j) resultado dos testes de estresse.

38.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

38.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

38.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.

38.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

38.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

A área de Risco Cibernético realiza monitoramentos essenciais, acompanha vulnerabilidades e incidentes cibernéticos, além de participar de fóruns específicos sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para a proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade cibernética de todo o sistema Sicoob, o que possibilita a avaliação e a priorização de ações, medidas e controles para mitigação de riscos cibernéticos e de segurança da informação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

39. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Vitória – ES, 18 de julho de 2025.

Nailson Dalla Bernardina
Diretor Executivo

Alecsandro Casassi
Diretor de Operações e Negócios

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC/ES: 016.925/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração, à Administração da
Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – SICOOB CENTRAL ES

Vitória – ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – SICOOB CENTRAL ES, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do do Sicoob CENTRAL ES em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras para o período findo em 30 de junho de 2025 que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que considera a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e

pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 13 de agosto de 2025.



Elisângela de Cássia Lara
Contador CRC MG 086.574/O



Mais que uma *escolha financeira*.

comunidadesicoob.com.br

    [sicoobes](#)

